

“HÁ UMA FALHA CLARA DO GOVERNO NA SAÚDE”



PSD

“AFIRMAR O PSD NA SOCIEDADE CIVIL”

Trabalhar para relançar o PSD, apoiar o presidente e mobilizar o Partido para ganhar as eleições são as prioridades enunciadas pelo novo secretário-geral. José Silvano defende uma maior proximidade com as pessoas



Locais

PSD DE LISBOA ÁREA OESTE EXIGE REQUALIFICAÇÃO DA FERROVIA

O PSD de Lisboa Área Oeste e a Comunidade Intermunicipal do Oeste – que integra 12 municípios – encontraram “consenso” naquelas que consideraram ser “as grandes prioridades”: a linha ferroviária e o novo hospital



Regionais

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL NOS AÇORES É “DRAMÁTICA”

A situação do setor público empresarial na região é “dramática”. A responsabilidade é do executivo socialista, que acumula dívidas em diversas áreas



JOSÉ CANCELA MOURA | Diretor do "Povo Livre"

SAÚDE, UM DIREITO EM COLAPSO

Os hospitais estão em pré-falência. As dívidas aos fornecedores e laboratórios acumulam-se mês após mês. As urgências estão num estado caótico. Mais de 700 mil portugueses continuam sem médico de família. Meio milhão faltou a consultas em 2017, porque não tinha dinheiro para pagar as despesas de transporte. Os tempos de espera em oncologia estão a atingir níveis inaceitáveis. Agravam-se as queixas de sobrelotação nas unidades de saúde, de doentes dispostos nos corredores dos hospitais. As carências de médicos e de enfermeiros prejudicam o atendimento e os cuidados. Cortam-se nos meios de emergência médica. Os médicos queixam-se do congelamento no acesso a áreas de especialidade, assim como de condições degradantes no exercício da profissão. Esta é apenas uma parte do retrato assustador da saúde em Portugal. Se isto se passasse num governo do PSD, as mesmíssimas vozes paternalistas e mediáticas, que se apresentam como pais do SNS, viriam a público acusar o PSD de estar a destruir o Serviço Nacional de Saúde.

A verdade é, porém, indelével: o PS, com a cumplicidade dos partidos da extrema-esquerda, está a delapidar o Serviço Nacional de Saúde. O PS está a prejudicar milhares de portugueses no acesso aos cuidados de saúde. Esta promete ser uma das marcas mais negativas da governação das esquerdas.

Não basta citar a Constituição ou reclamar que todos têm o direito à proteção da saúde. Este direito exige que o Estado dê garantias. De criar condições de acesso à saúde e de promover políticas de saúde coesas e de longo prazo.

Temos um Governo que é lesto em salvar bancos, mas é vagaroso em acorrer aos problemas dos nossos hospitais e centros de saúde. Temos um Governo cuja ação inovadora segue sempre a gasta e sempre penalizadora via fiscal (no tabaco, no consumo de bebidas alcoólicas e açucaradas), quando deveria incentivar a abordagem preventiva, a literacia na saúde, a transmissão de estilos de vida saudáveis (desporto) ou os rastreios clínicos.

Portugal pode orgulhar-se dos avanços alcançados nas últimas três décadas: na redução da mortalidade perinatal e infantil, nos cuidados neonatais, na expansão universal do SNS, no aumento da esperança média de vida. Todos estes avanços, que demoraram tempo e gastaram recursos, não podem simplesmente esboçar-se em políticas destemperadas e fortuitas, que põem a nu a penúria de investimento público e a incapacidade de impor modelos financeiramente responsáveis. O Ministério da Saúde deve ter total autonomia e responsabilidade para consolidar um SNS financeiramente sustentável, não-dependente da febre de cativações cegas do ministro das Finanças.

Mas, infelizmente, as políticas de saúde dependem, não do ministro da Saúde, mas do ministro das Finanças. Costuma dizer-se que, na vida, nada é mais certo que os impostos e a morte; na saúde e para este Governo, nada é mais previsível que dívidas e cativações.

Em 2018, a saúde está de rastros. Negar esta situação é persistir num exercício de propaganda e de negação da realidade. Pior que negar a realidade é ser obstinado por razões ideológicas. Graças ao atual Governo e à maioria parlamentar de esquerda, quem paga são sempre aqueles que se encontram em situações mais vulneráveis: a população idosa, os desempregados e os doentes em listas de espera, nas cirurgias e consultas. Quem dispõe de recursos, obviamente não fica "refém" de uma lista de espera.

É o próprio bastonário da Ordem dos Médicos, que recentemente recebeu o presidente do PSD, quem o diz: "A saúde está pior e o ministro não tem sabido governar".

"HÁ UMA FALHA CLARA DO GOVERNO

NA SAÚDE"



Depois de ter reunido com a Ordem dos Médicos, no Porto, dia 14 de março, o presidente social-democrata denunciava: "Há uma falha clara do Governo ao nível da gestão na saúde", começou por apontar Rui Rio. "O PSD vai marcar um debate de urgência no Parlamento", anunciou o presidente social-democrata, explicando que importa que esta questão seja debatida, para que "o Ministério da Saúde, através até desta pressão política, possa começar a fazer melhor aquilo que, até à data, tem feito mal".

De acordo com o presidente do PSD, "há uma gestão muito deficiente" nesta área. Referiu que além de o setor necessitar de "mais recursos, precisa acima de tudo de uma melhor gestão". Argumentou que o "Ministério da Saúde não tem estado capaz de gerir os meios que tem à sua disposição" e alertou que "a produtividade é muito baixa em prejuízo das populações".

Disse, assim, justificar-se que "o Parlamento faça um debate sério" em que se questione "o ministro da Saúde e o Governo como um todo". Salientou, contudo,

que o objetivo não é fazer demagogia. O Executivo deve "ter um programa que a médio/longo prazo leve, naturalmente, a que o Serviço Nacional de Saúde, e todo o sistema de saúde, melhore".

Rui Rio entende que não se pretende "exigir o que não é possível". "Temos de exigir do Governo aquilo que tem obrigação e capacidade para fazer melhor" e que passa por, "fundamentalmente, gerir melhor os recursos que tem disponíveis".

O presidente do PSD manifestou-se "preocupado com o estado da saúde em Portugal". Quis, nesse sentido, perceber qual "a posição e a radiografia que a Ordem dos Médicos traça da atual situação". Referindo-se à gestão dos médicos, defendeu a existência de equilíbrio entre a sua contratualização e o pagamento de horas extraordinárias. "Se calhar [o Ministério da Saúde] podia contratar muitos mais médicos quase pelo preço que hoje está a gastar por uma gestão deficiente", assinalou. Referiu-se, ainda, à necessidade de "contratualizar menos com os privados e fazer melhor dentro do serviço público".



O CAOS QUE ATINGE O SNS

Portugal tem assistido ao agravamento da saúde pública nos últimos dois anos. A saúde, tal como referiu o presidente do PSD, constitui uma área onde, “manifestamente, a atual solução governativa não tem tido capacidade para dar uma resposta capaz aos anseios das populações”. Rui Rio deu disso conta no encerramento do 37.º Congresso Nacional do PSD, enumerando ainda algumas das deficiências do Serviço Nacional de Saúde (SNS). “Urgências caóticas, serviços de internamento permanentemente sobrelotados, falta de recursos humanos, desertificação de médicos no interior do país, défice de investimento, deficiente manutenção dos equipamentos, atrasos no serviço de emergência médica e cativações cegas são exemplos claros da deterioração a que o atual Governo tem conduzido o SNS”, mencionou o líder do PSD.

Um estudo elaborado pela escola de gestão de informação da Universidade Nova de Lisboa (NOVA IMS) confirma este cenário. Uma parte dos portugueses (10,8%) optou por não comprar algum medicamento prescrito por um médico devido ao custo dos fármacos. Mais de meio milhão faltou a consultas nos hospitais públicos no ano passado por causa dos custos dos transportes, conclui o mesmo estudo. A presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP), Teodora Cardoso, critica, por sua vez, os “malabarismos contabilísticos” que não resolvem a “má gestão crónica” que a saúde atravessa.

São situações que o PSD tem alertado nos últimos meses.

1. QUEDA DO INVESTIMENTO PÚBLICO

Embora tenha aumentado 0,9% entre 2016 e 2017, o investimento no SNS, manteve-se, no último ano, muito inferior ao verificado em 2015, apresentando uma redução de 27,5% relativamente ao último ano de governação do anterior executivo.

2. SALDO DO SNS SERIA SUPERIOR SEM REFORÇO DE RECEITA DO SNS ALÉM DO ORÇAMENTO INICIAL E AGRAVAMENTO DO ENDIVIDAMENTO HOSPITALAR

Ao longo da execução de 2017, o Governo reforçou as receitas correntes do SNS em mais 471,1 milhões de euros do que o inicialmente previsto e agravou o montante dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE (Entidades Públicas Empresariais) em 293 M€, sem o que o saldo do SNS se cifraria, não nos 230,5 milhões de euros assumidos nesta Síntese Execução Orçamental, mas em 994,6 milhões de euros. Ou seja, quase mil milhões de euros.

Acresce que, em 13 de novembro de 2017, o ministro da Saúde afirmou prever que o SNS terminaria com um saldo de “menos 154 milhões de euros” no final de 2017, objetivo manifestamente não atingido, dado que o saldo do SNS foi de -230 milhões de euros.

3. DÍVIDAS DOS HOSPITAIS DISPARAM 55% EM 2017

O montante dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE do SNS aumentou de 451 milhões de euros, em dezembro de 2015, para 544 milhões, em dezembro de 2016. No final de 2017, passou para 837 milhões de euros. Em novembro de 2017, o referido montante era de 1.103 milhões de euros, tendo o Governo reduzido essa dívida vencida em 265 milhões de euros, no último mês do ano.

Mas a Síntese de Execução Orçamental de janeiro de 2018 revela que o montante dos pagamentos em atraso dos Hospitais EPE do SNS subiu 114 milhões de euros nesse mês, passando dos 837 milhões, em de-

zembro, para 951 milhões, em janeiro deste ano. Em janeiro do ano anterior, esse montante era de 613 milhões de euros, havendo, por isso, um aumento de 55,1% no montante dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE no último ano.

4. GOVERNO NÃO CUMPRIU PROMESSA DE REDUÇÃO DA DÍVIDA E PAGAMENTOS EM ATRASO

O montante dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE do SNS aumentou 293 milhões de euros em 2017. O ministro da Saúde havia anunciado, em novembro de 2017, que seria “lançado ainda no corrente ano de 2017 um vasto plano de redução do stock da dívida e dos pagamentos em atraso, no valor global de 1,4 mil milhões de euros, o qual contribuirá para que se atinja o valor mais baixo de sempre de dívida e de pagamentos em atraso dos de dívida e de pagamentos em atraso dos últimos anos”.

5. GOVERNO IGNORA DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE PÚBLICA

A Comissão Europeia considerou, no âmbito do Pacote de Inverno do Semestre Europeu, que Portugal mantinha desigualdades no setor da saúde, apontando que é um dos países com maior percentagem de desempregados entre 15 e 64 anos e em risco de não terem acesso a cuidados médicos (10%). O mesmo relatório sublinha como problemática a despesa do setor, destacando as dívidas dos hospitais.

A Ordem dos Médicos criticou o Executivo, acusando-o de ignorar os indicadores que mostram dificuldades no acesso à saúde. Em comunicado, a representante dos médicos lembrou que são várias as entidades que têm denunciado o subfinanciamento do SNS.

José Silvano

“AFIRMAR O PSD NA SOCIEDADE CIVIL”



Trabalhar para relançar o PSD, apoiar o presidente e mobilizar o Partido para ganhar as eleições são as prioridades enunciadas pelo novo secretário-geral. José Silvano defende uma maior proximidade com as pessoas.

“Fui convidado pelo Dr. Rui Rio para o cargo de secretário-geral que aceitei, com um único objetivo: trabalhar para relançar o partido, apoiar o líder e o PSD a ganhar as próximas eleições legislativas, europeias e regionais”, afirmou terça-feira, 20 de março de 2018, José Silvano, em declarações na sede nacional. “Irei fazer tudo o que sei para afirmar o PSD na sociedade civil, com trabalho, empenho e proximidade com as pessoas no terreno. É isso que eu sei fazer: concretizar, ajudar, resolver, e pouco falar, este é o meu perfil”, destacou.

José Silvano apontou que foi com esta postura que ganhou cinco eleições autárquicas em Mirandela, assim como eleições legislativas e europeias. Garantiu que o seu projeto passa por criar uma nova “proximidade com os eleitores”, pelo “contacto com as estruturas” e ligação do PSD às pessoas.

O secretário-geral do PSD expressou que terá “respeito por todos e por todas as convicções”. “Como bom transmontano que sou, também não terei medo de nada, nem de ninguém”. Referindo por diversas vezes que o “objetivo único é unir o PSD para ganhar as eleições e ajudá-lo a chegar, novamente, ao poder”, acrescentou: “Acho que não há nenhum militante, muito menos dirigente que não tenha este objetivo”.

“A boa fé com que entro para este cargo e aquilo que me motiva para o exercer – já fiz tudo na vida, não tenho mais nenhuma motivação – é só um objetivo: mostrar aos militantes e dirigentes do PSD que, com trabalho, com provas dadas, com sujar as mãos no terreno e não com intrigas, se consegue pôr os militantes e os dirigentes num único caminho, ganhar as próximas eleições”, referiu.

Nesse sentido, de acordo com o secretário-geral, “preparar as autárquicas no terreno”, significa começar a construir uma vitória nas legislativas de 2019.

PERFIL DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL

Advogado de profissão, com 61 anos, José Silvano é natural de Vila Real, tendo exercido a maior parte da sua vida profissional e política em Mirandela, onde a sua obra é amplamente reconhecida. Foi presidente da Câmara Municipal de Mirandela, presidente da Assembleia Municipal, deputado, e presidiu ainda ao Conselho de Administração de várias empresas locais e regionais. José Silvano tem igualmente uma larga experiência político partidária, que começou ainda na juventude.

Durante a sua passagem pela Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Direito, José Silvano foi vice-presidente da Mesa da Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra, em 1982.

Foi presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Bragança, líder da Comissão Política Concelhia de Mirandela, vogal da Comissão Política Nacional do PSD e membro do Conselho Nacional.

Atualmente é deputado à Assembleia da República e fez parte de várias Comissões Parlamentares, nomeadamente a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, Comissão da Saúde, Trabalho e Segurança Social. Integra ainda, como Coordenador, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas e é membro da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da “Estratégia Portugal 2030”.

A nomeação de José Silvano deverá ser ratificada na próxima Comissão Política Nacional, agendada para 28 de março e, posteriormente, num Conselho Nacional, o órgão máximo entre congressos.

Salvador Malheiro em Alenquer

PORTUGAL PRECISA DE “MEDIDAS ASSERTIVAS”



O vice-presidente do PSD, Salvador Malheiro, que participava na tomada de posse da Comissão Política do PSD de Alenquer, dia 14, defende que é preciso tomar “medidas assertivas” para resolver os problemas nacionais. “O país precisa, claramente, de medidas assertivas, de longo prazo”, referiu Salvador Malheiro depois de o primeiro-ministro ter vindo anunciar que até junho não serão aplicadas coimas relativas à limpeza das matas. O vice-presidente considera que “não podemos estar constantemente a adiar decisões que, depois, não se concretizam”.

No domínio da floresta, para o social-democrata, mais do que apressar a limpeza das matas, importa desenvolver uma reforma devidamente “planeada, pensada”, trazendo “todos os players” a discussão. Segundo destacou, “as linhas para uma verdadeira reforma” devem ter como foco “o emparcelamento, o cadastro, uma gestão florestal de qualidade e o aproveitamento energético de resíduos florestais”.

Salvador Malheiro mencionou, também, um setor que o PSD quer levar a debate no Parlamento, com urgência: o da saúde. “É inadmissível o incremento da dívida do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, criticou, acrescentando que tem vindo a aumentar desde que esta solução governativa tomou posse. “Os serviços prestados não têm melhorado e está a acontecer um desinvestimento”, reiterou.

O PSD É UM “PARTIDO UNIDO E COESO”

O vice-presidente do PSD iniciou a sua intervenção em Alenquer a dar nota de um “partido unido e coeso”. O PSD coloca “o interesse nacional acima de tudo”. Salvador Malheiro aproveitou para explicar que os diálogos iniciados com o Governo PS a propósito de fundos comunitários e descentralização “nada têm que ver com a constituição de um bloco central”. Esclareceu, assim, que o objetivo dos social-democratas é “proporcionar as melhores condições, para que possamos ter sucesso nas negociações” e, desta forma, promover o desenvolvimento do País. “Estão criadas condições para o sucesso”, assegurou.



Referindo-se ao Conselho Estratégico Nacional, anunciado pelo presidente do PSD em 7 de março, explicou que se trata de “uma medida de descentralização do próprio partido que as concelhias e distritais devem saber aproveitar”.

HÁ “PORTUGUESES DE GRANDE VALOR” EM TODO O MUNDO

Portugalidade, apelo à democracia participativa e à troca de experiências entre autarcas de várias regiões da Europa foram alguns dos pontos focados pelo vice-presidente do PSD no congresso anual de autarcas luso-franceses que teve lugar em Paris. Salvador Malheiro aproveitou também para fazer um apelo à participação nas próximas eleições europeias

O vice-presidente do PSD participou dia 18, em Paris no Congrès Civica 2018, uma iniciativa da Civica, uma associação que, segundo explicou, “junta autarcas e outros intervenientes políticos de origem portuguesa em França”. A edição deste ano teve como tema “Cidadania Europeia: a participação eleitoral no centro da ação cidadã”.

Salvador Malheiro, que também preside ao município de Ovar, quis na sua intervenção salientar o “grande

ativo que Portugal tem, pelo facto de estarem espalhados, pelo mundo inteiro, muitos portugueses de grande valor”. Destacou a importância da portugalidade, assim como do “trabalho em rede no mundo global”.

“Quer como autarca, quer como vice-presidente do PSD manifestei a nossa total disponibilidade para trabalhar pelo projeto europeu, bem como por uma democracia mais participativa”, explica, destacando a importância da partilha de experiências entre os diversos agentes. Fez, por isso, um “apelo à democracia participativa e à interação entre autarcas de várias regiões da Europa”.

O vice-presidente do PSD apelou à participação dos portugueses, que residem noutros países, nas eleições europeias que se aproximam. Lembra, por exemplo, que “em França é possível votar como se se estivesse em Portugal”.

Salvador Malheiro esteve em representação do PSD numa iniciativa anual que contou, também, com a presença do deputado eleito pelo círculo da Europa, Carlos Gonçalves, do deputado francês de origem portuguesa Ludovic Mendes, bem como de “uma série de autarcas que, espalhados por câmaras francesas, têm origem portuguesa”, assinalou.

CALVÃO DA SILVA (1952-2018)

O presidente do PSD, Rui Rio, expressou as “mais profundas condolências” pelo falecimento do professor João Calvão da Silva, que faleceu, dia 20 de março de 2018, aos 66 anos, vítima de doença prolongada.

João Calvão da Silva desempenhou diversos cargos no PSD, destacando-se pela sua militância ativa e defesa de causas nacionais. Foi deputado à Assembleia da República, eleito pelo círculo de Coimbra, entre 1995 e 1999. Desempenhou funções como secretário de Estado Adjunto de Carlos Mota Pinto, então vice-primeiro-ministro, entre 1983 e 1985; e, mais recentemente, como ministro da Administração Interna em 2015. Presidiu ainda ao Conselho de Jurisdição Nacional do PSD.

Depois da experiência governativa, entre 1985 e 1992, foi presidente da Comissão de Fiscalização da TAP Portugal. Entre 1992 e 1995 foi membro do Conselho Superior do Ministério Público, tendo também integrado o Conselho Superior da Magistratura, até 2009.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1975, universidade pela qual se doutorou em 1990 e onde lecionou. Era professor catedrático desta instituição académica, desde 2003. Nasceu em 20 de fevereiro de 1952 em Montalegre.

SOCIAL DEMOCRATA



REFORMA DO IRC É ESSENCIAL PARA AS EMPRESAS

Depois de Rui Rio ter solicitado a discussão da legislação fiscal e defendido “mais justiça fiscal”, esteve em debate no parlamento a “equidade e competitividade na tributação das empresas”. António Leitão Amaro reiterou que os portugueses nunca pagaram tantos impostos como no ano passado.

“Os portugueses pagam demasiados impostos”, denunciou, dia 16, António Leitão Amaro, em plenário. “Nunca pagaram tanto como em 2017”, continuou, acrescentando que “foram mais de 3 mil milhões de euros do que em 2015”. De acordo com o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, esta situação deve-se a “excessos e iniquidades, tanto na despesa pública, como nas receitas fiscais”. Foi, assim, inaugurada a marcação de atualidade dos social-democratas, designada “equidade e competitividade na tributação das empresas”, avançada pelo Presidente do PSD quando, há quase uma semana, defendeu “mais justiça fiscal”.

O PSD colocou em discussão o facto de, no que respeita aos impostos, a maioria pagar “demais, porque alguns pagam de menos”. Feito o alerta, António Leitão Amaro acusou o Governo socialista de não ter hesitado “em rasgar e reverter a reforma do IRC”. “As esquerdas até aumentaram a derrama estadual sobre a generalidade, tornando o IRC nominal em Portugal num dos mais elevados da Europa”. Esse acordo de regime “não só melhorava a competitividade geral da tributação, como garantia ao mundo e aos investidores a estabilidade duradoura da nossa fiscalidade”.

Depois de ter acusado “a maioria das esquerdas” de ter destruído a “competitividade e estabilidade da tributação sobre as empresas”, o vice-presidente da bancada social-democrata apontou que “quase todos os países na Europa crescem mais do que Portugal”, tendo, no entanto, “taxas de IRC mais baixas”. Ao lembrar que ficou provado em 2015 que “é possível baixar, para todos, a taxa de IRC” e aumentar a receita, destacou: “o PSD insiste hoje na concretização da reforma do IRC acordada em 2013”.

António Leitão Amaro teceu críticas à atual solução governativa por ter decidido “tratar alguns de forma diferente” e, dessa forma, violar a equidade fiscal. “Permitindo que alguns paguem muito menos, obrigaram todos a pagar mais”, reiterou. Deu como exemplo desta situação a aprovação, em 2016, do regime de “reavaliação de ativos” definido, à data, pelos social-democratas de “enorme borla fiscal para um grupo muito pequeno de empresas”. E exemplificou: “a UTAO confirmou que sete grandes empresas beneficiaram do regime”.

Fernando Negrão no debate quinzenal

“HÁ PROBLEMAS NA PREPARAÇÃO DA ÉPOCA DE INCÊNDIOS”



Há “problemas por resolver” na preparação da época de incêndios. As orientações governamentais na limpeza de terrenos foram “mal dadas” e são “confusas”. O líder parlamentar do PSD levou ao debate quinzenal o tema da limpeza das matas, dia 15 de março. Fernando Negrão insistiu na discussão das dificuldades encontradas também no setor da saúde, a situação da associação mutualista do Montepio e a segurança informática na Justiça.

“O que é que o Governo já fez no sentido de que as populações se possam sentir mais protegidas? Criou muito receio nas populações, eu até diria que as vítimas dos incêndios se sentiram ameaçadas com esta questão dos prazos e das coimas da limpeza das matas”, acusou Fernando Negrão.

O presidente do grupo parlamentar do PSD considera inadmissível que, “depois daquilo que passaram, se sintam ameaçadas com orientações mal dadas e confusas”.

Fernando Negrão apontou as questões não resolvidas e que, não o tendo sido por exemplo “desde julho do ano passado”, se tratam de “problemas antigos”. Em causa estão as “muitas dúvidas e hesitações na gestão dos meios aéreos para a próxima época dos incêndios”, explicitou para, logo, alertar para concursos que, apesar de urgentes, “não têm concorrentes”. “Provavelmente, acabaremos em adjudicações diretas, como o primeiro-ministro sabe são muito mais caros e muito mais opacos do que os concursos normais”, apontou.

Fernando Negrão disse existir uma “grande disparidade” no apoio às populações e uma “grande instabilidade nos comandos distritais da Proteção Civil”. “Há situações iguais que são tratadas de forma diferente, as queixas por parte das populações são muito grandes”, concretizou, lembrando que, pese embora os vários grupos parlamentares tenham entregado projetos de resolução com vista ao “tratamento igual de situações iguais”, “não é isso que tem acontecido por parte do Governo”.

Referiu-se, ainda, há “grande instabilidade nos comandos distritais da Proteção Civil”, já que “ninguém sabe qual vai ser o planeamento da próxima época”. Esta situação levou o líder parlamentar a dizer: “não se aprendeu nada com o que aconteceu em 2017”, em que se fizeram “mudanças nos comandantes distritais à beira da época

dos incêndios”. Negrão denuncia que “está tudo atrasado”. E deu como exemplos os comandos distritais de Beja, Coimbra e Viseu que “ainda não estão completos”.

O presidente da bancada social-democrata informou, ainda, o Governo das queixas que a Comissão de Agricultura ouviu esta segunda-feira aquando da visita feita a Pedrógão Grande e ao Pinhal de Leiria. “As pessoas têm uma consciência muito forte como nunca tiveram”, afirmou, acrescentando que isso se deve ao facto de “o Estado lhes ter falhado, e falhou clamorosamente no ano passado”. Por isso, quis deixar um apelo: “que o Governo se empenhe, de facto, em resolver estes problemas, mesmo que venham muito de trás”.

SAÚDE: DIMINUIÇÃO DE 25% DO INVESTIMENTO

“O primeiro-ministro diz, muitas vezes, que vivemos a melhor conjuntura de sempre”, apontou Fernando Negrão para, depois, perguntar: “quando é que esta melhor conjuntura chega à saúde?”. Recordou, neste ponto, as afirmações de Mário Centeno que “admitiu que havia problemas de gestão”. E acrescentou: “hoje tivemos a notícia de que existe uma má gestão crónica na Saúde, por parte do Conselho de Finanças Públicas”. Introduziu esta temática relembrando um relatório do Tribunal de Contas que aponta, por exemplo, para a realização de “menos 50% das consultas pedidas”. “É público e notório que tudo isto tem vindo a piorar”, denunciou, “vejam-se as queixas de todos os agentes da Saúde em Portugal: médicos, enfermeiros e, principalmente, os utentes”. Assinalou que, apesar de haver mais queixas com origem no litoral, “sabemos que no interior a situação está bem pior, pois as populações não têm meios de fazer ouvir a sua voz”.

O PSD questionou, neste dia, diretamente o primeiro-ministro sobre se existe uma “má gestão” no Serviço Nacional de Saúde (SNS), e apontou uma “quebra de solidariedade governamental” entre os ministros das Finanças e da Saúde.

“O atual Governo revelou-se, assim, absolutamente incapaz de controlar a gestão da dívida do SNS aos seus

fornecedores, a qual, só no último ano, tem aumentado a um ritmo superior a 40 milhões de euros por mês”, critica o PSD.

MONTEPIO: AS CONTAS DA ASSOCIAÇÃO FORAM “MARTELADAS”

As contas da associação mutualista foram “marteladas” e têm a cumplicidade do Estado. O líder parlamentar alertou para a existência de uma “situação muito mais grave do que aquela que aconteceu com outros bancos”. Recordou que “veio a público que era uma IPSS e, agora, quer deixar de ser; que não pagava impostos e, agora, quer pagar; que tinha capitais próprios negativos e, de um momento para o outro, ficou com capitais próprios positivos”. E disse: “Isto parece é um milagre da multiplicação”.

Desafiado por António Costa, esclareceu que o interesse do PSD, ao colocar novamente este assunto em debate, se prende com a defesa do “interesse dos 650 mil membros da associação mutualista”.

A Associação Mutualista Montepio Geral acumulou prejuízos de 220,977 milhões de euros em 2017, antes do pagamento de impostos, informou o relatório e contas do ano passado.

PSD CONSIDERA FUNDAMENTAL SEGURANÇA INFORMÁTICA NA JUSTIÇA

O presidente do grupo parlamentar terminou a sua intervenção perguntando ao primeiro-ministro se “o Governo já tomou alguma medida, no sentido de criar condições” para promover a segurança informática na Justiça. Definiu-a como “fundamental”, sobretudo depois de ter vindo a público “a notícia de um funcionário judicial que usou uma ‘password’ de uma procuradora para obter informação relativamente a um clube de futebol”. Recordou, ainda, que a própria ministra da Justiça desvalorizou a situação, “dizendo que não há sistemas informáticos imunes”.

PSD DE LISBOA ÁREA OESTE EXIGE REQUALIFICAÇÃO DA FERROVIA

O PSD de Lisboa Área Oeste e a Comunidade Intermunicipal do Oeste – que integra 12 municípios – encontraram “consenso” naquelas que consideram ser “as grandes prioridades”: a linha ferroviária e o novo hospital. A comissão política local “disponibilizou-se para lutar pela sua concretização em conjunto com os autarcas”. As preocupações foram expressas, dia 15, nas Caldas da Rainha, numa reunião entre a distrital, liderada por Duarte Pacheco, e o presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCim – Comunidade Intermunicipal do Oeste, Pedro Folgado.

O PSD de Lisboa/Área Oeste e a OesteCim querem celeridade na viabilização de projetos como a requalificação da Linha do Oeste, que liga Lisboa à Figueira da Foz. No âmbito Plano de Investimentos em Infraestruturas Ferroviária, o projeto tem inscrita uma verba de 100 mil euros para a modernização. “Cabe agora a este Governo pôr isso no terreno”, sublinhou Duarte Pacheco, defendendo “uma alteração do traçado a partir da Malveira”, que poderá passar por “ir direto a Odivelas para entroncar o Metro” ou “chegar a Loures e ir pelo canal do Trancão até à Linha do Norte e desta à gare do Oriente”. Esta última opção, segundo o presidente da distrital, tem “a vantagem de permitir o tráfego rápido de passageiros, mas também de mercadorias para exportação”.

Para a estrutura social-democrata, é também fundamental a construção de um novo hospital para toda a região, onde “a existência de vários polos [as unidades de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche] do Centro Hospitalar do Oeste não é a melhor solução”.

A necessidade de um novo hospital, “mais a norte ou mais a sul” é ponto assente para o PSD, pelo que enten-



de ser necessário “tomar a decisão” sobre a sua futura localização, para que o equipamento possa estar em funcionamento dentro de 10 a 20 anos.

A Distrital e o OesteCim defendem ainda a criação de uma agência “que potencie a procura turística da região”, independentemente de o Oeste continuar a integrar a Entidade de Turismo do Centro.

“O Turismo do Centro é importante para a promoção externa, que tem custos muitos elevados, e a dimensão

ajuda a essa promoção”, acrescentou Duarte Pacheco, realçando, contudo, que, sendo uma região com mais de 100 municípios, acaba por haver “uma coisa pequena na amálgama de produtos turísticos e daí a necessidade de uma agência para potenciar o Oeste”.

A OesteCim integra 12 municípios: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Nazaré, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

LINHA DO VOUGA PRECISA DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO



Os deputados do PSD eleitos por Aveiro “exigem do Governo uma clarificação quanto aos planos para a Linha do Vouga” e recordam que “os partidos políticos foram unânimes na importância da melhoria das condições” daquela ferrovia.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas, os deputados António Topa, Bruno Coimbra e Helga Correia aludem a um estudo divulgado que considera aquela ferrovia como “uma das piores do país” e pretendem saber qual o montante a canalizar para manutenção dos troços Espinho-Oliveira de Azeméis e Aveiro-Sernada do Vouga.

Aludindo à resolução da Assembleia da República que recomenda ao Governo que promova a requalificação e modernização daquela ferrovia e a sua inclusão no Plano de Investimento Ferroviário 2016-2020, aqueles deputados perguntam ainda “que medidas estão e vão ser tomadas e, neste caso, quais são e como serão implementadas”, nos troços agora classificados “em pior estado”.

“O relatório preocupa o grupo parlamentar do PSD, que por diversas vezes alertou o senhor ministro do Planeamento e das Infraestruturas para a necessidade de uma intervenção na via-férrea”, afirmam os três deputados subscritores da pergunta, referindo-se ao estudo apresentado pelas Infraestruturas de Portugal.

Os parlamentares do PSD destacam que numa pergunta sobre aquela linha anteriormente formulada, lhes foi respondido que “atualmente, não existem limitações de velocidade nos troços em exploração decorrentes do estado da infraestrutura, sendo que as velocidades praticadas são condicionadas pelo traçado sinuoso da via e pelos condicionamentos impostos pelas inúmeras passagens de nível que a atravessam”.

CÂMARA DE PAÇOS DE FERREIRA IGNORA ALERTAS DE INSEGURANÇA RODOVIÁRIA



A Câmara Municipal de Paços de Ferreira continua a ignorar os alertas do PSD e do vereador Joaquim Pinto sobre a insegurança rodoviária que se agrava em todo o concelho. A candidatura à Câmara Municipal do PSD de Paços de Ferreira, nas eleições autárquicas de 2017, fez insistentes avisos e apresentou soluções, que, na altura, foram desvalorizadas e ridicularizadas pelo atual presidente da autarquia.

“Conscientes que a aposta do presidente de Câmara, Dr. Humberto Brito, era requalificar desenfreadamente estradas por todo o concelho com fins exclusivamente eleitorais, não estando minimamente preocupado com questões básicas como sinalética vertical e horizontal de segurança ou lombas limitadoras de velocidade, de então para cá o PSD lançou vários alertas sobre o assunto, não apenas nas redes sociais como na primeira Assembleia Municipal ordinária do corrente mandato”, refere o PSD de Paços de Ferreira em comunicado.

O PSD está preocupado com os números da sinistralidade nas estradas do concelho: só no presente ano já ocorreram 100 acidentes de viação, 8 dos quais envolvendo atropelamento de peões. Em 2017, verificaram-se mais de 400 acidentes rodoviários, dos quais 16 resultaram em atropelamento de peões.

O PSD de Paços Ferreira pretende saber quando este assunto se torna prioritário na ação do presidente de Câmara. “Será necessário ocorrerem mais fatalidades para que esta questão tenha a devida atenção ou vamos ter que aguardar que as eleições autárquicas de 2021 cheguem mais depressa para se resolver um claro problema de âmbito público que, infelizmente, nos pode ‘tocar’ a todos?”, interroga a comissão política do PSD de Paços de Ferreira.

PSD de Évora

GOVERNO DESVIA VERBAS PARA FINANCIAR PROJETOS NACIONAIS

O PSD/Évora considera que a reprogramação do “Portugal 2020” está a provocar “graves prejuízos aos investidores, empresários, instituições particulares de solidariedade social, autarquias e à economia local”. Em concreto, a Comissão Política Distrital do PSD de Évora “repudia expressamente o desvio de verbas dos Programas Operacionais Regionais, afetas às regiões de convergência, como é o caso do Alentejo, para financiar infraestruturas nacionais, que devem ser suportadas pelo Orçamento do Estado”.

A Comissão Política do PSD de Évora alerta que, neste momento, a execução do “Portugal 2020” não atinge os 20%. A legislatura anterior fez um esforço, reconhecido, de consensualização das prioridades, através da consulta/negociação com todos os parceiros e entidades, públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, autarquias e administração pública desconcentrada.

A distrital do PSD/Évora lamenta que se desconheça as linhas orientadoras e as prioridades do Governo para o “Portugal 2020”. “A Comissão Política Distrital do PSD de Évora repudia expressamente o silêncio da reprogramação do Portugal 2020, alinhavada na reserva das direções-gerais e ministérios, em vez de discutida publicamente e com todos os parceiros envolvidos”.

O atual Governo está assim “a prejudicar as regiões mais desfavorecidas, os territórios de baixa densidade, com população envelhecida, com baixos rendimentos ‘per capita’, que acentuam as suas economias, já deprimidas”.

A distrital do PSD/Évora exige, por isso, a permanência da afetação de fundos do “Portugal 2020” às regiões de convergência, como foi inicialmente negociado.



FALTA DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DE MAFRA PREOCUPA PSD

O PSD vai questionar o ministro da Cultura sobre o Museu da Música e a ausência de um plano de manutenção para os órgãos históricos do Palácio de Mafra. O alerta foi dado pelo presidente da Câmara Municipal de Mafra, Hélder Sousa Silva, com quem os deputados Carlos Silva, Pedro Pinto, Ana Sofia Bettencourt, Sandra Pereira e Pedro Roque visitaram o monumento na segunda-feira.

“É um conjunto organeiro único no mundo foi restaurado há dez anos e está sem qualquer plano de manutenção”, disse o deputado Carlos Silva, depois de uma visita àquele monumento, alertando que os órgãos históricos do Palácio de Mafra “podem vir a deixar de tocar por falta de manutenção”, quando está em causa uma verba de 20 mil euros.

Autarca e deputados mostraram-se também preocupados com a instalação de parte do espólio do Museu da Música no Palácio de Mafra, decisão que foi tomada ainda pelo anterior Governo, mas que o atual “demorou tempo a assumir, atrasando o processo”.

Ainda a propósito da requalificação dos sinos e dos carrilhões do Palácio, os sociais-democratas pediram “urgência no início das obras que estão por começar há inexplicavelmente dois anos”, depois de, na semana passada, o Tribunal de Contas ter concedido visto à empreitada e o Governo ter publicado uma portaria de extensão dos respetivos encargos para 2018 e 2019.

PSD/MADEIRA PROPÕE PROGRAMA DE LITERACIA SOBRE ASSUNTOS DO MAR

O PSD apresentou na Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) um projeto de resolução do PSD que recomenda ao governo regional criar um programa de literacia e cultura marítima dirigido a crianças e jovens, potenciando a economia do mar.

O projeto de resolução visa proporcionar “aos alunos da região as bases de conhecimento sobre o mar nos mais diversos domínios, como sejam a valorização do património natural, a proteção e vigilância, o ordenamento do espaço marítimo e costeiro, a economia azul, a cultura e a fruição”.

Para o PSD, este programa assenta “na formação e enquadramento adequado dos docentes, no desenvolvimento de um plano de ações precursor de uma população ativa desperta para as profissões do mar, em currículos do ensino técnico-profissional adequados às necessidades da economia do mar, na sensibilização aos currículos do ensino superior a disponibilizar na região e na parceria com várias entidades públicas e privadas ligadas ao mar”.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL NOS AÇORES É “DRAMÁTICA”

A situação do setor público empresarial na região é “dramática”. A responsabilidade é do executivo socialista, que acumula dívidas, por exemplo, na área da saúde. “Quando não há dinheiro para as coisas mais elementares da saúde pública e quando não se sabe quando é que se vai pagar, é sinal de que algo vai muito mal”, apontou Duarte Freitas, à margem da sessão de abertura das jornadas parlamentares do PSD/Açores, que decorreram em Angra do Heroísmo.

Na mesma linha, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada denunciou também atrasos, alguns superiores a um ano, no pagamento a fornecedores dos hospitais a nível de “produtos farmacêuticos, dispositivos médicos, equipamentos e outros bens de consumo”. “Na realidade, constata-se, em alguns casos, a existência de atrasos nos pagamentos dos fornecimentos em prazos superiores a 15 meses, quando na generalidade, deveriam ser pagos a dois meses, nos termos estabelecidos nos concursos”, frisou a associação empresarial, em nota de imprensa. Os empresários anunciaram que “vão deixar de fornecer a crédito os hospitais, a partir do final do corrente mês, caso não haja garantias claras e fiáveis da resolução dos montantes em dívida, bem como do cumprimento dos prazos convencionados para novos fornecimentos”.

De acordo com Duarte Freitas, esta situação “dramática” é da responsabilidade do Governo Regional, que acusa de ir “empurrando com a barriga para a frente os problemas”.

“Este é um Governo que o que faz é tentar ter planos para corrigir as suas asneiras. Há um problema grave de pobreza, faz-se um plano para a pobreza. Quem é que é responsável? Vinte e um anos de governação. Há um problema grave no insucesso escolar. Quem é que é o responsável? O governo regional que está há 21 anos e faz-se um plano para o insucesso”, criticou.

Maior celeridade nos projetos para o porto da Praia da Vitória

O líder do PSD/Açores defende maior celeridade em dois projetos anunciados para o porto da Praia da Vitória, na ilha Terceira, o concurso internacional para a sua concessão e a criação de uma zona de tributação especial.

“[Há uma] necessidade de se abreviar o concurso público internacional para a concessão do Porto da Praia. Será algo importante, não só para a Terceira, mas com potencial para os Açores e até, no contexto nacional, para aquilo que poderá representar nas rotas transatlânticas, o papel de Portugal aqui centralizado no Porto da Praia da Vitória”, adiantou.

O presidente do Governo Regional dos Açores anunciou, em maio de 2017, o lançamento de um concurso público internacional para a concessão da exploração e da operação do porto comercial da Praia da Vitória.

O PSD/Açores “concorda” com esta medida e até está disponível para negociar possíveis alterações legislativas que sejam necessárias à sua concretização, mas alega que está “sem saber o que se passa em relação à concessão e ao concurso público internacional”.



“É natural que da parte do PSD exista a permanente pressão junto do Governo para saber na realidade o que se passa. Sabemos que são matérias que levam o seu tempo, que podem implicar alterações legislativas, no âmbito regional, para as quais o PSD desde já se disponibiliza”, salientou Duarte Freitas.

Os social-democratas açorianos alegam também desconhecer a evolução do projeto de criação de uma zona de tributação especial, na Praia da Vitória, à semelhança do que existe, por exemplo, em países bálticos.

“O anterior Governo da República desenvolveu alguns esforços e lançou a ideia. Foi aproveitada pelo Governo Regional, mas agora é preciso que o Governo Regional e o Governo da República deem os passos subsequentes para que isso se possa implantar”, defendeu o líder do PSD/Açores.

Segundo Duarte Freitas, a ideia – que é reivindicada pelo PSD e pelo Governo Regional – “não é uma offshore”, mas uma “zona de tributação especial, onde indús-

trias se estabeleçam e obrigatoriamente transformem produtos para expedir, obrigando a que tenham mão-de-obra da ilha”.

“Com isso poderíamos criar aqui uma industrialização na Terceira, que se poderia propagar aos Açores e que teria um grande potencial para a criação de emprego”, frisou.

Questionado sobre o projeto defendido pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH) de criação de uma plataforma logística internacional no Porto da Praia da Vitória, Duarte Freitas disse que a ideia pode trazer vantagens para a ilha Terceira e para os Açores. “Ter o Porto da Praia da Vitória num concurso público internacional para que possa ser um ‘hub’ internacional é óbvio que é algo positivo para os Açores, para Portugal e naturalmente para ilha Terceira, porque se conseguirmos captar as rotas internacionais a passar pelo porto oceânico da Praia da Vitória, isso só pode ser bom para a Praia e para os Açores”, apontou.

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolvre@psd.pt

Jantar de Aniversário reuniu mais de mil pessoas



**Não estou interessado no poder pelo poder
estou interessado no poder para mudar Portugal**

- disse Durão Barroso

do Amaral em Viseu

**ação de insegurança
á a destruir
sociedade portuguesa**

Página 24

Tavares Moreira revela

**Portugal está à beira
de um cenário
de crise orçamental**

Página 15

ão Barroso no debate Parlamentar

**overno preferiu descansar
m vez de preparar o País
para os novos desafios**

Páginas 10 a 12

TSD denunciam

**O governo não tem rumo
nem os seus números têm
credibilidade**

Página 16

Edição n.º 1216 do "Povo Livre" | de 24 a 31 de maio de 2000

O então presidente do Partido, Durão Barroso, participava num jantar organizado pela Distrital de Lisboa destinado a assinalar a passagem do 26.º Aniversário da fundação do PSD. Perante um milhar de militantes e simpatizantes, Durão Barroso acusava o governo liderado por António Guterres de desiludir as expectativas dos portugueses. "O engenheiro Guterres e o Partido Socialista estão a colher as tempestades que semearam porque fomentaram uma política errada e não aproveitaram uma conjuntura extraordinária do ponto de vista económico para fazer as reformas estruturais que o País necessitava".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00
 Para: Fax: 21 3973168
 email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00 na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – Vila Nova de Famalicão, com a seguinte Ordem de trabalhos
 1 – Apreciação e votação do relatório e contas de 2017
 2 – Discussão e votação do plano de actividades e orçamento para 2018
 3 – Análise da situação política

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Hotel Axis Viana, sito na Av. Capitão Gaspar de Castro, com a seguinte Ordem de trabalhos
 Ponto único – Tomada de posse dos membros eleitos para os órgãos distritais com a presença do Dr. Manuel Castro Almeida, vice-Presidente do PSD

SECÇÕES

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 21 de Abril 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes – B1, 1º andar, Sala B, com a seguinte Ordem de trabalhos:
 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
 2 – Eleição da Comissão política de Secção
Notas
 - As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito das 21h00 às 24h00
 - As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 09 de Abril de 2018 (segunda-feira), pelas 20h30, na sede da secção, com a seguinte:
 Ordem de Trabalhos
 1 - . Informações.
 2 - Análise da situação política

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 30 de Março 2018, (sexta-feira) pelas 17h30, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte Ordem de trabalhos:
 1 – Aprovação do relatório de contas de 2017
 2 – Aprovação do orçamento de 2018
 3 – Análise da situação política local e nacional
 4 – Outros assuntos

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 21 de Abril 2018, (sábado) pelas 14h30, na sede, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte Ordem de trabalhos:
 Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão política de Secção
Notas
 - As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito das 23h00 às 24h00
 - As urnas estão abertas das 14h30 às 22h00.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 28 de Março de 2018 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte Ordem de trabalhos
 1 – Discussão e aprovação de contas 2017
 2 – Análise da situação política

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, - Lagoa, com a seguinte:
 Ordem de Trabalhos
 1 -. Informações
 2 - Apreciação das contas conforme a al. d) do Art.º 53º dos Estatutos
 3 -.Análise da situação política
 4 -.Outros assuntos

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 21 de Abril 2018, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Engenho Duarte Pacheco, 987, com a seguinte Ordem de trabalhos:
 Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção.
Notas
 - As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta, para o efeito das 22h00 às 24h00
 - As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia para reunir no próximo dia 29 de Março de 2018 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Avenida 1º de Maio, com a seguinte Ordem de trabalhos
 Ponto único - Relatório de contas 2016/2017

NÚCLEOS

ÁGUAS SANTAS – PEDROUÇOS / NÚCLEO
 Rectificação

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Aguas Santas - Pedrouços, para reunir no próximo dia 14 de Abril de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede do Núcleo, com a seguinte Ordem de trabalhos
 Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Águas Santas - Pedrouços
Notas
 - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas são entregues na **sede do Núcleo – Rua dos Fontineiros da Maia, 20 - Maia**
 - As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00



CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Portalegre para reunir no próximo dia 29 de Março, quinta-feira, pelas 21 horas, no Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº17, 7300 - 097, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:
 1- Informações;
 2- Análise da situação política e partidária;
 3- Apresentação e votação da proposta temática da JSD Distrital de Portalegre para o XXV Congresso Nacional da JSD;
 4- Outros assuntos.

III CONSELHO DISTRITAL DA JSD DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 2 de Abril de 2018 (segunda-feira), pelas 21 horas, no Auditório da Junta da Freguesia da Agrela, que sita na Rua Sede da Junta de Freguesia da Agrela, 4825-032 Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:
 1 – Apresentação e discussão da proposta política sectorial da JSD Distrital do Porto.
 2 – Outros assuntos.

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo Litoral Porto para dia 6 de Abril de 2018, pelas 21h30m, na Junta de Freguesia de Aldoar, cito na Rua da Vilarinha, 1090 - 4100-513 Porto com a seguinte ordem de trabalho:
 1 – Análise da situação política;
 2 – Outros assuntos.